

USOS DE ANTROPÔNIMOS COMO ELEMENTOS COESIVOS

USAGES OF PEOPLE NAMES AS COHESIVE ELEMENTS

Márcia Sipavicius Seide
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo

Este artigo enfoca usos de antropônimos (*nome próprio, apelido e pseudônimo*) como elementos coesivos. Neste breve estudo, alguns usos de antropônimos utilizados em textos jornalísticos são analisados sob o ponto de vista onomástico, enfatizando-se os valores culturais, sociais e históricos desses usos. Os dados apresentados são resultados parciais de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é analisar textual e retoricamente os mecanismos de coesão lexical utilizados numa amostra de textos jornalísticos vinculados por três revistas brasileiras (*Istoé, Época e Veja*) durante o segundo semestre de 2008.

Palavras-chave: Semântica. Onomástica. Linguística Textual.

Abstract

This paper focuses on usages of people names (proper name, nickname and pseudonym) as cohesive elements. In this brief study, some usages of people names which occurred in journalistic texts are analysed from an onomastic point of view. Emphasis is placed on cultural, social and historic values of such usages. Data presented are partial results of a broader research whose objective is to analyse textually and rethorically lexical cohesion tools observed in a sample of journalistic texts published by three Brazilian magazines (*Istoé, Época and Veja*) during the second semester of 2008.

Keywords: Semantics. Onomastics. Textual Linguistics.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo está organizado em três seções. A primeira apresenta conceitos-chave para o estudo da coesão a partir da Teoria da Referenciação. Explicitado esse referencial teórico, alguns conceitos de Onomástica, necessários à análise dos antropônimos enquanto mecanismo coesivos, são apresentados na seção seguinte. Por fim, apresentam-se os dados obtidos e a respectiva análise na seção *Usos de nome próprio e de apelido como recurso coesivo*. Após as considerações finais, informam-se as referências bibliográficas utilizadas. Espera-se que os resultados de pesquisa ora apresentados possam enriquecer os estudos de coesão lexical. Cumpre esclarecer que se trata de resultados parciais de um projeto de pesquisa mais amplo vinculado ao Grupo de Pesquisa Linguagem Ensino e Cultura (formado por docentes da Unioeste e certificado pelo CNPq). O objetivo principal do projeto é contextualizar o uso dos elementos de coesão lexical por meio de análises retórico-discursivas; sua fundamentação teórica está respaldada pelas noções básicas de referência e de atribuição de propriedade.

O foco deste artigo está em apresentar e analisar evidências textuais de utilização de *nomes próprios*, de *apelidos* e de *alcunhas* como elementos de coesão. Os dados

coletados são oriundos de um *corpus* formado por revistas de circulação nacional (*Revista Istoé*, *Revista Veja* e *Revista Época*) publicadas entre agosto de 2008 e janeiro de 2009. Para constituição desse *corpus*, não foram consideradas todas as revistas publicadas. Foi coletado um exemplar mensal de cada revista, assim, o *corpus* foi formado por seis exemplares de cada revista, totalizando dezoito revistas.

Dado o fenômeno da coesão textual não ser linear e sua identificação não estar pautada por critérios meramente formais (por exemplo, sabe-se que os pronomes pessoais são recursos coesivos, mas extrair de um texto qualquer uma lista de ocorrência desses pronomes não resultaria num estudo de seu uso enquanto recurso coesivo) não foram utilizados métodos computacionais de análise e coleta; os exemplares foram compulsados manualmente.

Após leitura atenta de cada texto, os elementos coesivos foram identificados e analisados, os dados obtidos foram passados para uma ficha de registro como reproduzida abaixo:

Revista analisada: ÉPOCA, Nº 544 – 20 de outubro de 2008

REVISTA: ÉPOCA

SEÇÃO: Da Redação

MATÉRIA: Idéias para reconstruir a economia global – pág. 10

Contexto 1 – na crise financeira --- Aquilo que começou como um vendaval nas Bolsas e evoluiu para o maior colapso de crédito da história do capitalismo	Sinónímia textual e descrição definida
--	--

Contexto 1

Por mais que todos nós – tanto leitores quanto jornalistas – estejamos cansados de ouvir falar **na crise financeira**, ela se tornou tema obrigatório. *Aquilo que começou como um vendaval nas Bolsas e evoluiu para o maior colapso de crédito da história do capitalismo* faz cada vez mais vítimas e não dá sinais de arrefecer.

Esta investigação sobre o uso dos antropônimos enquanto recurso coesivo, importa ressaltar, apresenta um caráter interdisciplinar: está entre os estudos sobre coesão postulados pela Linguística Textual e os estudos sobre os nomes próprios desenvolvidos no âmbito da Onomástica. São abordagens distintas que têm sido feitas de modo independente, o que aponta para a necessidade de se criar elos por meio dos quais esses enfoques possam complementar-se.

Essa necessidade surgiu a partir de dados empíricos. Durante análise parcial dos dados, foram encontradas algumas ocorrências de uso do apelido com função anafórica, possibilidade não-prevista na literatura (que não faz distinção entre tipos de nomeação, mencionando-os genericamente com *nomes próprios*). A observação desses usos deu ensejo a análises e reflexões de cunho onomástico que visam explicitar os efeitos de sentido causados pelo uso dos nomes próprios e do apelido, suas funções retórico-discursivas e seus valores culturais, sociais e simbólicos.

2 A COESÃO COMO FATOR DE REFERENCIAÇÃO

É preciso enfatizar que não se está pensando a referência como algo externo ao texto, como uma interface entre a linguagem e o mundo. Por meio de seu enunciado, o

enunciador pretende passar, ao co-enunciador, instruções para que este identifique os referentes visados num contexto determinado. De fato, o referente é um objeto-de-discurso, é uma construção discursiva que se inicia pelo fazer interpretativo do co-enunciador que identifica e interpreta as pistas presentes no texto; entre elas, os elementos de coesão lexical (*nome próprio, descrição definida, sinonímia, hiperonímia e categorização*).

Cumpra ressaltar que, apesar de os conceitos de referência e de descrição definida e indefinida serem oriundos da Semântica Formal, a Linguística Textual não trabalha com a mesma noção de referente utilizada por aquela corrente de estudo da significação. Do ponto de vista da Linguística Textual, “[...] a. referência diz respeito sobretudo às operações efetuadas pelo sujeito à medida que o discurso se desenvolve; b. o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.” (KOCH, 2003 p.80).

Com base nos estudos de Mondada e Dubois (2003 *apud* FRANCISCO, 2007) a referência passou a ser entendida enquanto processo marcado pela instabilidade e pela dinamicidade. O processo de referenciação é instável porque os itens lexicais presentes num texto são usados de acordo com o ponto de vista e a avaliação dos interlocutores sobre os objetos referidos. É dinâmico, pois “[...] o referente, uma vez introduzido, pode ser reativado, revisto, redirecionado, fragmentado ou enriquecido, repensado e redefinido durante a construção textual” (FRANCISCO, 2007, p.170).

Tem-se, assim, “[...] uma referência discursiva, entendida como representação mental – mediante uso de expressões lingüísticas – de objetos, indivíduos e eventos no âmbito do texto” (FRANCISCO, 2007, p.170). Conclui-se, então, que a referenciação é um processo que se constrói de forma situada ao longo do texto de modo interativo e discursivo. Koch e Mainguenu também ressaltam o caráter discursivo e interativo desse processo, a primeira a partir da Linguística Textual, e o segundo desde a Análise do Discurso:

A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com esta finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos de mundo (KOCK, 2003 p.79)

Para sermos mais precisos, não é um enunciado que faz referência: é o enunciador que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao co-enunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto. A referência é, portanto, uma atividade que implica a cooperação dos coenunciadores [...] (MAINGUENEAU, 2005, p. 181)

Segundo Koch (2008), o autor de um texto pode usar algumas estratégias para compor o processo de referenciação: introdução de um referente novo, que é a menção primeira de um objeto até então não mencionado no texto; retomada, que consiste na reativação de um objeto já presente no texto por meio de uma forma referencial, que pode ser sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou, até mesmo, formas referenciais com lexema idêntico ao núcleo do sintagma nominal, com ou sem mudança de determinante;

e, por fim, a desfocalização, que ocorre quando há a introdução de um novo referente, que passa, a partir disso, a ocupar a posição focal. (KOCH, 2008, p.125-126)

Cumprido ressaltar que os recursos coesivos passam a ser vistos como pistas linguísticas que acionam processos cognitivos pelos quais certas propriedades são atribuídas ou reatribuídas ao referente. O uso dessas pistas pode resultar na manutenção temática (quando há ênfase ou repetição de propriedades já atribuídas ao referente, o que costuma ocorrer mediante repetição lexical) ou na progressão referencial (quando há atribuição de novas propriedades ao referente, efeito conseguido através de mecanismos de substituição lexical). Quer se trate de mecanismos de repetição lexical quer se trate de substituição, contudo, sua interpretação pelo leitor provoca o processo de reativação de um objeto já apresentado, podendo haver, nos casos de substituição lexical, recategorização do objeto-de-discurso em foco.

Como mecanismos de substituição lexical, mencionam-se o uso de *descrição (definida, indefinida ou demonstrativa)*¹, de *sinônimos* e de *hiperônimos*². Nesse contexto, o uso de nome próprio costuma ser considerado apenas em sua função de introdutor de referentes. Um exemplo disso pode ser encontrado em Antunes (2005). Num texto introdutório sobre a Linguística Textual, a pesquisadora explica o conceito de substituição lexical, traz um exemplo extraído de matéria jornalística e explica-o assim: “Observe-se como a substituição do nome Madonna possibilita que se sabia mais acerca da pessoa em questão (Madonna, a *pop star*, a estrela americana) e deixa, por isso, o texto mais informativo” (p.97). Conforme se mostrará a seguir, o uso de nomes próprios como elemento coesivo transcende sua função designativa. Situada a pesquisa no âmbito da Linguística Textual, a seção seguinte traz informações sobre o estudo dos nomes próprios de pessoa (antropônimos) segundo a Onomástica.

3 ESTUDO DOS ANTROPÔNIMOS SEGUNDO A ONOMÁSTICA: alguns apontamentos

Nesta seção são apresentadas algumas noções básicas sobre a origem e o desenvolvimento dos sistemas designativos e a análise das diversas formas de chamamento utilizadas numa sociedade. A seguir, será mostrado de que modo o *primeiro nome*, o *nome completo*, o *apodo*, o *apelido* e o *pseudônimo* foram utilizados como elementos coesivos num *corpus* formado por revistas de circulação nacional.

Uma pergunta sobre por que determinado indivíduo ou determinado lugar recebeu certo nome pode ter uma resposta não-trivial. Há, em primeiro lugar, a questão linguística de se saber que recursos são mobilizados para a nomeação no idioma no qual esse indivíduo foi nomeado. Esclarecida essa questão, é preciso levar em conta os fatores históricos, sociais e culturais que levaram à escolha de um determinado nome em

¹ Entende-se por descrição o uso de sintagma nominal que remete a um referente já introduzido num texto. Se à esquerda do núcleo houver artigo definido; há descrição definida, se houver artigo indefinido, descrição indefinida, se um pronome demonstrativo, descrição demonstrativa.

² A sinonímia pode ser lexical ou textual, em ambos os casos caracteriza-a a relação de equivalência semântica. Quando se trata de hiperonímia propriamente dita, há uma relação de inclusão com relação a seus hipônimos, na maioria das vezes, contudo, o hiperônimo é textualmente utilizado como sinônimo (SEIDE, 2008 a, 2008 b)

detrimento de outras possibilidades, além, é claro, das questões de motivação pessoal. Tentando abranger todos esses aspectos, surge, em meados do século XIX, a Onomástica.

A Onomástica é um ramo da Linguística surgido em meados do século XIX que se dedica ao estudo dos nomes próprios. Popularmente conhecida como o estudo do significado e da etimologia dos nomes de lugar e dos nomes de pessoa, sua instauração como ciência requereu o levantamento de várias questões concernentes à definição, ao estatuto e às funções do nome próprio. Posicionamentos como o de J. Stuart Mill foram, então, bastante criticados.

Acreditava o estudioso que os nomes próprios não teriam um significado em si, haja vista que apenas apresentariam uma função distintiva, denotativa, sem que tivessem qualquer função atributiva (MILL *apud* ULMANN, 1964). Esse também é o posicionamento adotado pela Gramática Prescritiva da Língua Portuguesa quando estabelece as classes de *substantivo próprio* e *substantivo comum* e pela Linguística Textual, que se atém ao estudo da função designativa do nome próprio.

Diferentemente dos nomes comuns, os *antropônimos* (nomes de pessoas) e os *topônimos* (nomes de lugar) são fruto de uma escolha por parte do designador, escolha feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Além disso, cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para a nomeação e, mais ainda, havendo línguas utilizadas por diversos povos e nações, há uso e valores diferenciados para os recursos linguísticos à disposição do usuário. Basta pensar-se que os nomes de pessoas mais utilizados no Brasil de hoje não são necessariamente os mesmos que são preferencialmente escolhidos em Portugal. Sobre o estudo dos *antropônimos* e dos *topônimos*, defende Maria Vicentina do Amaral Dick, grande divulgadora da Onomástica entre nós e referência obrigatória na área:

[...] ambos os designativos ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais. São, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser através deles, escaparia às gerações futuras. (DICK, 1992, p.178)

Uma vez que a Linguística Textual se limita ao estudo da função designativa dos nomes próprios, as análises apresentadas ao longo deste artigo procuram aprofundar o estudo dos nomes próprios enquanto elementos de coesão lexical, sem que se perca de vista seus valores culturais, históricos e sociais.

De fato, muitos estudiosos da Linguística Textual levam em consideração somente sua função referencial, isto é, o fato de o nome próprio ser utilizado para fazer referência a um indivíduo no mundo, se bem que discursivamente construído. As definições de *substantivo próprio* e a de *substantivo comum* encontráveis em gramáticas normativas da Língua Portuguesa seguem este viés: “[...] comum é o substantivo que serve para indicar diversos seres da mesma classe [...] próprio é o substantivo que expressa, em

determinadas classes, um único ser dessas espécies [...]” afirma Napoleão Mendes de Almeida em sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1961, p.80).

A função referencial do nome próprio, dada a sua importância, é a única que existe na consciência do falante. No cotidiano, os nomes próprios são usados para fazer referência às pessoas, havendo um total esquecimento de sua carga semântica etimológica ou das conotações afetivas que o nome próprio possa ter para o designador que o escolheu entre outros. O mesmo não ocorre com os *apodos* e as *alcunhas*, os quais, apresentando a mesma função, preservam com mais facilidade e por mais tempo seu valor original. No interior de textos orais ou escritos, os nomes próprios são utilizados quer para introduzir um referente no discurso, quer para retomá-lo, motivo pelo qual são considerados recursos linguísticos para a construção dos objetos-de- discurso.

No começo da civilização, na época em que os seres humanos se agrupavam em grupos pequenos, a utilização de um nome simples, constituído apenas por um nome próprio ou pré-nome seria suficiente para a identificação dos indivíduos. Conforme as comunidades foram se tornando complexas as formas de nomear e identificar os seres humanos foram se transformando.

Dada a possibilidade de haver várias pessoas designadas por um mesmo nome, foi preciso especificar de quem se tratava. Na Europa medieval essa especificação foi feita pela profissão. Uma necessidade especificadora análoga a essa deu origem ao sistema atual de nomes de pessoa, formado por nome e sobrenome.

Na era medieval, as pessoas eram designadas pelo primeiro nome, por um segundo nome, o patronímico; e, especialmente, na parte derradeira daquela época, um terceiro nome, atribuidor de propriedades de acordo com a proveniência, a profissão ou alguma característica peculiar à pessoa nominada (GONÇALVES, *apud* DICK, 1992, p.180). Essa mudança ocorreu acompanhando o processo pelo qual a sociedade foi se tornando mais e mais complexa: havendo mais pessoas designadas pelo mesmo nome e provenientes do mesmo lugar, a ocupação passou a ser a qualidade a tornar o indivíduo singular no interior de uma comunidade.

O uso do terceiro nome para atribuir qualidades singulares, contudo, não perdurou por muito tempo, pois logo começou a ser passado de pai para filho. Passando a indicar a pertença do sujeito a determinada família, o terceiro nome deu origem a vários sobrenomes. Nesse processo, um signo pertencente ao sistema linguístico como um todo passou a fazer parte, também, do sistema de nomes próprios. Como consequência desse processo, muitos nomes passaram a ter duas inscrições na língua: uma no sistema geral e outra no onomástico, como é o caso de *ferreiro* e *Ferreiro*. Do ponto de vista diacrônico, portanto, a formação do sistema onomástico está relacionada aos recursos linguísticos utilizados para promover processos de referência discursiva, uma vez que o uso de descrições definidas para fazer referência tornou-se parte do nome.

O sobrenome que passa de geração para geração é do pai e não o da mãe. As alcunhas de parentesco existentes fazem menção da ascendência paterna e não materna. O filho que tem o mesmo nome do pai é chamado *júnior*. Não há, na nossa língua, um nome específico para a filha que tem o mesmo nome da mãe; da mesma forma, existem os segundos nomes *filho* e *neto*, mas não existem nem foram criados correlatos femininos.

A existência desses nomes próprios para nomear pessoas do sexo masculino e a ausência de seus correlatos masculinos ilustra bem a interdisciplinaridade constitutiva da Onomástica. Uma sociedade apresentar-se como patriarcal é uma característica cultural; essa característica também se faz presente no sistema onomástico da língua portuguesa, podendo-se estabelecer, assim, a relação necessária entre *língua e cultura*.

Feitas algumas breves considerações sobre a origem e o desenvolvimento do sistema nomeador atual formado por nome e sobrenome, outras serão feitas sobre as formas alternativas de chamamento.

Se, na linguagem geral, toda forma alternativa de chamamento é um *apelido*, na Onomástica, algumas diferenciações são feitas, lembrando que a palavra *apelido*, designava, originalmente, o que hoje é o sobrenome. Nos estudos onomásticos, há três tipos de formas alternativas de alguém ser chamado: *apodo* (apelido temporário que descreve alguma característica do denominado, em geral negativa); *hipocorístico* (variante familiar e carinhosa de um nome próprio) e *alcunha* (apelido que se diferencia do apodo por seu caráter permanente). Uma característica importante dessas formas alternativas é a impossibilidade de escolha por parte do designado: é sempre um grupo ou uma pessoa que as cria e escolhe; feita a nomeação, o nomeado não pode recusá-la.

Assim, uma mulher cujo nome próprio é *Antônia* pode ser chamada *Tonha* pelos familiares; por sua natureza convencional, pode-se, inclusive, prever correlações entre nomes e apelidos: sabe-se que alguém a quem chamam *Chico*, muito provavelmente, tem *Francisco* por nome de batismo.

Esses são casos em que a forma alternativa é perene, convencional e previsível, são os chamados *hipocorísticos*, os quais são definidos como designações carinhosas e familiares formadas por alterações convencionais no primeiro nome por abreviação, como nos exemplos anteriormente citados, por reduplicação (*Lulu* para *Luciana*) ou sufixação (*Zezinho*, *Zeção* etc.) (BRITO, 2003).

Outras formas alternativas são criadas de acordo com as qualidades que um determinado grupo social escolhe como sendo características ou típicas de uma pessoa. Se um menino é o mais magro de todos, passa a ser chamado *Magrão*; se outro tem um ar desajeitado, chamam-lhe *Ponto-e-vírgula*. Se o apodo cristaliza-se, tornando se perene, transforma-se em *alcunha*. (VASCONCELOS, 1928, p.8 *apud* CARVALINHO, 2007).

Os usos que se fazem de *apodos*, *alcunhas* e *hipocorísticos* podem mudar significativamente de língua para língua e de cultura para cultura. É fácil entender por quê: o uso da linguagem não se faz senão no interior de uma comunidade linguística, formada por seres humanos que compartilham valores culturais construídos histórica e socialmente, de acordo com a sociedade da qual fazem parte.

Cumpramos ressaltar que o uso linguístico não ocorre de modo isolado, já que faz parte do comportamento dos indivíduos. Por estar relacionado à cultura e à história das comunidades linguísticas, o estudo de como as pessoas são chamadas e “tratadas” (no sentido gramatical do termo) – objeto de estudo da Antroponímia – pode revelar aspectos importantes da História e da Cultura de um povo.

Quer se trate de *apodo*, *alcunha* ou *hipocorístico*, seu uso por brasileiros foi relacionado por Brito (2003) a uma característica cultural atribuída ao homem brasileiro por Sergio de Holanda na obra *Raízes do Brasil*: o desejo de estabelecer intimidade com seu interlocutor mesmo em situações nas quais outras culturas usariam um tratamento mais formal com manifestação normal de respeito:

Quem ainda não chamou alguém de *senhor* ou *senhora* e, em muitas ocasiões, obteve como resposta a prosaica frase “senhor(a) está no céu”. É próprio do brasileiro em geral privar, nas mais diversas situações, por alta recreação, de intimidade mesmo com quem ele mal conhece (ou acaba de conhecer) (BRITO, 2003)

O uso de *alcunha*, *apodo* e *hipocorístico* por falantes de português brasileiros, portanto, pode ser interpretado, dependendo do contexto no qual ocorre, como uma expressão de consideração pelo interlocutor manifestada pelo estabelecimento de intimidade entre os falantes.

No caso específico do *apodo*, porém, o mais comum é ele ser utilizado de modo pejorativo ou jocoso. Como numa caricatura, o apodo escolhido para designar exagera uma das características do nomeado, infelizmente, nesses casos, de nada adianta o nomeado negar-se a aceitar o apodo que lhe foi designado. Outra possibilidade é a de se utilizar o apodo no lugar do nome próprio em virtude de o locutor não avaliar a pessoa de quem se fala como digna de ser tratada pelo nome completo. Nesse caso, a pessoa é vista pelo interlocutor como alguém sem nome, como uma pessoa qualquer.

O uso do nome próprio também pode ser usado de forma depreciativa como parte de apodos como ocorre em *Zé Mané* e *João Ninguém*. Há também expressões idiomáticas depreciativas formadas por nome próprio: “dar uma de *João-sem-braço*” é fingir ignorar algo. Na gíria, também é comum encontrar uso de nome próprio para atribuir, ao designado, características vistas como negativas pelo designador: pessoas muito vaidosas e invejadas por seu poder aquisitivo são chamadas de *patricinhas* ou de *mauricinhos*.

Enquanto, na criação dos apelidos, a nomeação feita é imposta ao nomeado, na dos pseudônimos, é o designado quem escolhe o nome pelo qual passará a ser conhecido, segundo as características que ele julgue serem relevantes. Tradicionalmente utilizados por literatos que desejavam permanecer anônimos, hoje em dia são extremamente frequentes em conversas feitas pela internet.

Contextualizada a pesquisa tanto no âmbito da Linguística Textual quanto no da Onomástica, as evidências textuais de uso de antropônimos como elementos coesivos são, por fim, analisadas.

4 USOS DE NOME PRÓPRIO E DE APELIDO COMO RECURSO COESIVO

Das várias ocorrências de uso de nome de pessoa como elemento coesivo, foram selecionados alguns exemplos significativos com o objetivo de explicitar aspectos de seu funcionamento textual.

No texto *A outra morte do caso Isabella*, publicado na *Revista Época* de 29 de setembro de 2008, alguns aspectos do sistema onomástico brasileiro podem ser observados. No *lead* do texto (subtexto localizado entre o título e a matéria jornalística propriamente dita), há o nome completo do personagem focado pela matéria e, antes dele, uma descrição definida que informa cargo e profissão: “Quem era o tenente da PM Fernando Neves Braz, que atendeu à ocorrência na noite do crime – e se matou enquanto era investigado por pedofilia”.

O primeiro parágrafo dessa reportagem faz um breve relato do que ocorrera ao personagem histórico. Nessa parte do relato, há uso do nome completo do réu e de descrições definidas desdobradas daquela utilizada no *lead* Primeiro, repete-se a descrição definida seguida do nome completo, com supressão da informação de que ele pertence à Polícia Militar. Em seguida, o referente é retomado por descrição definida informando apenas o cargo; à continuação, há duas menções feitas via cargo e último sobrenome numa possível reprodução de como ele era chamado no ambiente de trabalho; por fim, ele é referenciado por sua profissão:

Aos 34 anos, **o tenente Fernando Neves Braz** comandava 30 homens do Tático Móvel [...] O caso de sua vida foi o assassinato da menina Isabella [...] **O tenente** e dois soldados patrulhavam a vizinhança [...] Uma gravação feita pela TV Globo [...] mostra **o tenente Braz** conversando com Alexandre Nardoni, pai de Isabella [...] **O tenente Braz** se matou no dia 30 de maio [...] **O policial** era investigado por pertencer a uma rede de pedofilia (p.72) (grifos nossos)

Por meio do uso desses recursos, o referente é caracterizado e discursivamente construído como profissional, em detrimento dos demais papéis sociais exercidos, como o de pai, o de esposo, o de irmão, o de amigo etc. O uso da profissão como recurso designativo foi precisamente a solução encontrada na Idade Média para se fazer referência singular num contexto socialmente complexo. No texto jornalístico, há a utilização do mesmo recurso linguístico para a mesma função o que remete para questões importantes tanto acerca da função designativa da linguagem e os meios de referenciação disponíveis quanto sobre a criação do sistema onomástico enquanto parte do sistema linguístico no qual está inscrito.

Ainda na matéria sobre Fernando Neves Braz, o parágrafo seguinte ao último citado traz informações sobre o início da investigação de pedofilia de que o policial fora acusado. Com o objetivo de proteger a identidade do denunciante, o referente é designado, de modo genérico, pelo substantivo *o homem* e caracterizado como informante da polícia:

O homem foi apelidado **X-9**, gíria policial para informante. **X-9** usou do *laptop* do delegado Domingues para demonstrar como um grupo de pessoas agenciava crianças. Começava numa sala de bate-papo, ou *chat*. **O informante** criou um nome para uma policial entrar na sala de conversação [...] (grifos nossos)

Esse trecho mostra que a função designadora do nome próprio não é exclusiva dos nomes de pessoa; descrições definidas também cumprem essa função, como se vê pelo uso de *o homem* e *o informante*, indicando que o sistema onomástico é um componente

do sistema linguístico como um todo e que a função designativa não é exclusiva do nome próprio.

Pela necessidade de o denunciante não poder ser referido pelo nome completo, foi criada uma forma alternativa selecionada entre as possibilidades previstas na linguagem especializada utilizada pela polícia, e ele passou a ser chamado de X-9.

Além de realçar a função dessa pessoa no desenvolvimento da investigação, o uso dessa forma é bastante sugestivo. Por fazer parte do jargão policial, era de se esperar que só fosse conhecida por pessoas que trabalham na área. Ao utilizar o apodo X-9, o jornalista caracteriza-se ou como um especialista no assunto, portanto, com conhecimento de causa e autoridade para fazer o relato, e/ou como um jornalista competente que conseguiu as informações, construindo uma relação de confiança com os policiais que lhe revelaram algo de seu código, uma linguagem cifrada com o objetivo de pessoas “de fora” não os poder entender.

Um exemplo dessa modalidade nomeadora pode ser encontrado no seguinte trecho da matéria sobre o tenente Braz publicada na *Revista Época* de 29 de setembro de 2008:

O informante criou um nome para uma policial entrar na sala de conversação, “Mamãe quer *Kids*”. Teve grande correspondência de pedófilos. Logo se descobriu que um dos mais ativos do grupo assinava “Tio Ama Sobrinho” ou “Família Feliz” [...] (p.72)

Do ponto de vista do sentido, todos fazem referência, ainda que indireta, à pedofilia com o que facilitam sua identificação por seus pares. Chama a atenção, também, nesse tipo de pseudônimo, o uso de estruturas frasais e de sintagmas nominais.

Enquanto *Mamãe quer Kids* e *Tio Ama Sobrinho* são orações completas, *Família Feliz* é um sintagma formado por substantivo e adjetivo. O sintagma nominal e a estrutura frasal são recursos linguísticos bem mais complexos que os utilizados para os apelidos, via de regra formados por substantivos seguidos ou não de adjetivos. Analisando melhor os pseudônimos criados, percebe-se sua semelhança com manchetes de jornal. Compare-se a estrutura sintática desses apelidos com estas três manchetes publicadas na *Revista Época* de 29 de setembro de 2008: *O favorito do Recife, impugnado*; *O poste brilhou* e *O grande laboratório da transfusão de votos*. As duas primeiras manchetes são formadas por orações completas (sendo que, na segunda, o verbo está implícito, elipse apontada pelo uso da vírgula), já a terceira manchete apresenta apenas sintagma nominal formado por substantivos modificados por sintagmas adjetivais.

Às vezes é difícil distinguir *alcunhas* e *apodos* de um lado e pseudônimos de outro, por se ignorar se a forma alternativa não foi criação da própria pessoa nomeada. Essa dubiedade está presente no seguinte trecho de uma matéria jornalística, assinada por Margarida Telles, sobre a atuação de um programa destinado a desencorajar a prostituição infantil:

Desde o ano passado, o Na Mão Certa conta com o apoio de uma figura muito popular entre os caminhoneiros. É o radialista **Pedro da Silva Lopes**, o **Pedro Trucão**, de 55 anos, que comanda diariamente o programa Globo Estrada, na Rádio Globo [...] “O diferencial dessa

iniciativa é ver o caminhoneiro [...] como agente no combate a um crime”, afirma **Trucão** [...] (*Revista Época*, 29 de setembro de 2008, p.75 e 76). (grifos nossos)

A motivação que deu origem à forma Trucão é transparente; trata-se da palavra *truque* (do inglês *truck*) utilizada pelos caminhoneiros para designar o caminhão de dois eixos. Dado seu significado, tratar-se-ia de uma alcunha conveniente ao motorista de um truque. Conforme informa o radialista ao longo da matéria, contudo, ele nunca dirigiu um caminhão. Possivelmente, foi o próprio radialista que se auto-apelidou assim, utilizando como pseudônimo uma alcunha comum entre os caminhoneiros e criando um efeito de sentido que forja uma identidade fictícia entre o radialista e seus ouvintes.

Conforme mostram os exemplos apresentados até agora, *apodo*, *alcunha* e *pseudônimos* são utilizados como recurso coesivo em textos jornalísticos, além desses antropônimos, também foi verificado o uso de nome completo e outros termos que remetem à ascendência do sujeito nomeado.

Num breve texto da *Revista Veja* de 06 de agosto de 2008, publicado na seção *Holofote*, há um exemplo de uso textual de nome completo. Nessa breve notícia, há a denúncia de um caso de nepotismo: José Fritsch depois de ser exonerado do cargo de Secretário Titular da pesca, convenceu o ministro Altemir Gregolin a empregar seu filho no ministério. Primeiro, o nome completo do beneficiário cumpre a função de introduzir o referente no texto. Linhas adiante, o referente é retomado pela expressão definida *seu filho* e, depois, pela alcunha *Fritsch Filho*:

José Fritsch [...] convenceu o ministro Altemir Gregolin a arranjar uma peixada para **seu filho**. *Marcos Santiago Fritsch* ganha um salário de 6 400 reais no ministério. *Fritsch filho* fala muito de si na internet, mas, pelas informações que ele divulga, é impossível saber quais são suas qualificações para o cargo (*Revista Veja*, p. 48)

A escolha desses mecanismos de coesão textual não é fortuita. Informar o nome completo do ex-titular da Secretaria de Pesca e, em seguida, o nome completo do novo funcionário da Secretaria enfatiza a relação de parentesco existente: o novo secretário apresentar o mesmo sobrenome do ex-titular indica que pertencem à mesma família. De fato, no Brasil, os filhos recebem os sobrenomes dos pais: o primeiro indica a família a que pertence à mãe, e o segundo a família a que pertence o pai. Enfatizando ainda mais a filiação do novo secretário, recebe a alcunha *Fritsch filho*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da Linguística Textual, o nome próprio é um dos recursos responsáveis pela coesão lexical. Do mesmo modo que a descrição definida, o nome próprio – dada sua função designadora – introduz ou retoma um referente, independentemente de esse nome de pessoa ser um nome próprio (em sentido estrito), um apodo, uma alcunha ou um pseudônimo. Desse ponto de vista, não caberiam diferenciações entre essas formas de chamamento, nem as considerações feitas na seção sobre o estudo dos antropônimos segundo a Onomástica.

Em todos os exemplos analisados, os nomes de pessoa foram utilizados em sua função designativa, o que reforça e comprova sua função coesiva. O uso textual de expressões como “o homem”, “o policial”, “o informante” etc, para introduzir ou retomar referentes evidencia que essa função também está presente nas descrições definidas. Se a função designativa não é uma propriedade suficiente para diferenciar um nome comum de um nome próprio, faz-se necessário levar em considerações outros aspectos e outras características do *onoma*.

No primeiro texto jornalístico analisado, muitas das descrições definidas utilizadas com recurso coesivo remetiam à profissão ou ao cargo do personagem histórico a que se faz referência no texto. O uso da profissão como meio de se designar um indivíduo entre outros, conforme visto, deu origem à criação de vários sobrenomes na Idade Média. Esse é um dado que mostra que o sistema onomástico é parte do sistema linguístico e tem nele a sua origem, havendo, por esse motivo, nomes que podem funcionar ora como nome próprio, ora como nome comum. Historicamente falando, a transformação ocorreu em virtude de a descrição definida passar a ser usada como indício de pertença familiar e passar de geração a geração. Indicar pertença e ser herdada são, portanto, características onomásticas que diferenciam os nomes próprios em sentido estrito dos nomes comuns.

Quando o nome próprio é entendido em seu sentido amplo, ele abrange os apodos e as alcunhas, que não são hereditários, nem herdados. Essas formas alternativas de chamamento, perenes ou definitivas respectivamente, foram utilizadas no *corpus* não apenas em sua função designativa, mas também por evocarem familiaridade com o assunto tratado. Em um dos textos jornalísticos analisados, ao fazer uso de apelidos utilizados no jargão policial, o autor do texto demonstrou-se como conhecedor do assunto tratado.

Outra forma alternativa de chamamento é o uso de pseudônimo que, ao contrário do apelido, é escolhida pelo próprio designado. No caso da matéria sobre o radialista, seu uso está relacionado com a intenção de construir uma relação de cumplicidade entre ele e seus interlocutores. Tem-se aí um exemplo de uso da linguagem promovendo identidades. Outro exemplo encontrado no *corpus* foi o de uso de pseudônimo em conversas pela internet, forma alternativa de chamamento linguisticamente distinta das utilizadas em outros meios por apresentar estrutura frasal semelhante à de títulos ou manchetes de jornais.

Por fim, o uso de alcunhas designativas de parentesco por parte de pai como elemento coesivo deu ensejo a algumas reflexões que remetem à relação entre língua, cultura e ideologia e revelaram a constituição patriarcal da cultural brasileira.

As análises ora apresentadas, apesar de não darem conta de todos os aspectos envolvidos no estudo dos nomes próprios, procuraram aprofundar o estudo do uso dos nomes de pessoa como elemento coesivo, numa tentativa de aproximar os enfoques utilizados de modo que a Onomástica pudesse enriquecer os estudos sobre coesão propostos pela Linguística Textual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática **Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1961.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**. Coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

BRITO, L. Hipocorístico: um identificador ou apenas um tratamento carinhoso? **Cadernos do CNLF**, 2003, disp.em www.filologia.org.br, acesso em 07/06/2009.

CARVALINHOS, Patrícia. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem, Revista Eletrônica de Linguística**, Ano 1, nº1, 1º Sem. de 2007, disp.em www.dominiosdelinguagem.org.br , acesso em 10/06/2009.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 3.ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas da FFLCH, 1992.

FRANCISCO, Milton. Maratona Atenas 2004: a (re)categorização em textos jornalísticos. **D.E.L.T.A.**, 23:2, 2007, p.167-202.

KOCH, Ingedore G.Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____ ; ELIAS, V. A. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. [2006].

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEIDE, Márcia Sipavicius Hiperonímia e sinonímia no sistema e no discurso. **Anais do VIII Encontro do CELSUL**. Porto Alegre, 2008 a., s/p [cd-rom].

_____. Do sistema ao uso: os mecanismos de coesão lexical". **Segundo Seminário Internacional América Platina**. Campo Grande, 2008b, s/p, [cd-rom].

_____. O nome próprio e o apelido: aspectos lingüísticos, culturais e textuais. **2ª Jornada Nacional de Estudos Linguísticos e Literários**, 24 a 27 de junho de 2009, Uniãoeste, Marechal Cândido Ronodn, PR. [Comunicação Oral].

LMANN, S. Semântica. **Uma introdução à ciência do significado**. 3. ed. Lisboa, 1964.